

PAIXÕES POLÍTICAS E MILITÂNCIA PARTIDÁRIA (PCB: 1947-1954)

Angelo Aparecido Priori¹

Resumo. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre as relações políticas entre direção e militância partidária. Para isto, tomamos como referência a nova linha política adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), logo após o processo de cassação do registro eleitoral, em 1947. Verificamos que após esse processo, houve uma constante tensão política entre a direção e a militância partidária sobre as ações praticadas, tanto no ambiente camponês, como no sindical urbano.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro; Militância partidária; Movimento sindical.

POLITICAL PASSIONS AND PARTY MILITANCY (BCP: 1947-1954)

Abstract. The aim of this article is to reflect on the political relations between management and party militancy. For this, we refer the new policy line adopted by the Brazilian Communist Party (BCP), shortly after the impeachment process of voter registration in 1947. We found that after this process, there was a constant political tension between management and party militancy on the actions taken, both in the peasant environment, such as in the urban labor.

Keywords: Brazilian Communist Party; Party militancy; Union movement.

Introdução

Paixão, ódio e desilusão. Três sentimentos que marcaram a longa trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a sua longa existência (1922-1992).² A paixão e a desilusão fazem parte da história da sua militância, que ao mesmo tempo em que acreditava nas ideias de construção de uma sociedade justa e fraterna, convivia com os muitos

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEM. E-mail: angelopriori@uol.com.br.

² Apesar de todas as controvérsias e cisões, entendemos que o Partido Comunista Brasileiro teve durabilidade histórica entre 1922 e 1992. Em seu X Congresso, realizado em janeiro de 1992, na cidade de São Paulo, abandonou a bandeira do marxismo-leninismo e trocou o nome para Partido Popular Socialista. No entanto, cabe registrar, que neste congresso, um grupo minoritário abandonou o evento, não reconhecendo as decisões do mesmo. Este grupo lutou judicialmente para manter a antiga sigla e os princípios do Partido e convocou um novo congresso, também intitulado de X Congresso, que foi realizado em março de 1993. Até hoje defendem o legado histórico do PCB.

percalços do cotidiano, moldados por decisões políticas contraditórias, direções autoritárias e centralizadoras, ações perigosas e espetaculares, fugas constantes, ilegalidade e o medo da delação, prisão e tortura. O ódio faz parte do outro lado da mesma moeda, traduzido, sobretudo, na ideia do anticomunismo, que justificava a violência e a repressão contra aqueles que pudessem questionar o *status quo* estabelecido pela sociedade.

Neste artigo não falaremos de ódio ou de anticomunismo, bastante estudado pela historiografia, embora com muitas lacunas a preencher. Mas falaremos de paixão e de desilusão (ou das “ilusões perdidas”, como tão bem expressou Jacob Gorender), manifestadas nos embates entre direção partidária e militância. Evidentemente que, paixão e desilusão, são sentimentos que podem ser analisados por prismas diferentes. O que é paixão para uns, pode ser motivo de desilusão para outros, e vice e versa. Para problematizar nossos argumentos, tomaremos como referência o período imediatamente após o retorno forçado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à ilegalidade, no ano de 1947, quando houve o nefasto processo estabelecido pelo governo Dutra para cassar o registro partidário e os mandatos dos parlamentares comunistas eleitos pelo povo. A resposta do PCB a este processo foi a mudança de sua linha política, deixando a opção de disputas pela via pacífica, para intensificar políticas de tomada de poder pela via revolucionária, que não excluía opções pela via armada. Em decorrência disto, várias decisões partidárias afetaram diretamente o trabalho da militância de base, tanto no campo, como no trabalho sindical urbano. Problematizar essas relações *interna corporis*, procurando desnudar os debates, as decisões e os conflitos entre a militância e a direção partidária do PCB, não deixa de ser um exercício de paixão política.

Das paixões políticas às ilusões perdidas

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista Brasileiro viveu rápido período de legalidade política e obteve êxito eleitoral até surpreendente, tanto nas eleições presidenciais e da assembleia constituinte

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

do final de 1945, quanto nas eleições estaduais e municipais de janeiro de 1947. Mas esta rápida ascensão do PCB foi efêmera. Já no início de 1947, as relações políticas e diplomáticas entre Estados Unidos e União Soviética começaram a se dilacerar. Das disputas destas duas visões de mundo pós-Segunda Guerra Mundial, iniciou a Guerra Fria, que trouxe consequências diretas para o Brasil e para o PCB, principalmente, vitimando a sua organização, os seus parlamentares e os seus militantes mais rápido do que se imaginava. Nesta conjuntura, o deputado Barreto Pinto (PTB/RJ) e o advogado e o ex-procurador do Tribunal de Segurança Nacional, Himalaia Virgulino, entraram com uma denúncia junto ao Tribunal Superior Eleitoral, argumentando que o PCB era uma organização internacional orientada pela União Soviética. Após longa disputa judicial, no dia 7 de maio de 1947, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o PCB teve o seu registro eleitoral cassado, cerrando as portas da sua passageira legalidade. Ato contínuo, as sedes dos diretórios municipais, regionais e estaduais do partido foram fechadas. Neste mesmo dia, o Ministério do Trabalho determinou a intervenção em todos os sindicatos que tinham diretorias ligadas ao PCB e mandou fechar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Esse processo de exclusão dos comunistas da vida política nacional culminou em janeiro de 1948, quando os mandatos dos seus parlamentares foram cassados.³

A cassação do registro do Partido e dos direitos políticos de seus dirigentes e militantes fez com que o PCB adotasse uma nova postura política a partir do início de 1948, que trouxe consequências tanto do ponto de vista organizativo, como do ponto de vista da estratégia política e das práticas sociais. Ao voltar à ilegalidade, o PCB passou a pregar a revolução armada como estratégia para a conquista do poder. Desta forma, seguindo a orientação expressa no manifesto assinado por Luis Carlos Prestes em janeiro de 1948, o PCB abandonou a postura pacífica em relação ao governo e à sociedade, adotada em 1945. A ação revolucionária foi considerada,

³ Ver, entre outros: SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; e SANTANA, M. A. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

pelos membros do Comitê Central, como necessária para a derrubada do Governo conduzido pelo presidente Dutra.

Com o retorno do PCB a ilegalidade, o Comitê Central elaborou novas formas de atuação política para enfrentar a conjuntura desfavorável e formular políticas organizativas e sociais que pudessem manter a militância, mesmo na ilegalidade, com certa capacidade de ação e de organização social. Entre muitas medidas tomadas, algumas delas foram a mudança de posição em relação às ações para o campo, para os trabalhadores rurais e para o movimento sindical. A ideia naquele momento era, por um lado, utilizar a experiência das ligas e associações camponesas existentes, para potencializar a luta no campo, intensificando o debate sobre a reforma agrária e a melhoria das condições de trabalho, mesmo que para isso tivesse que utilizar das estratégias das ações armadas; e por outro, estabelecer uma nova postura perante o movimento sindical, defendendo novas organizações revolucionárias e autônomas em substituição aos chamados sindicatos oficiais.

Durante a reunião do Comitê Central do PCB, em maio de 1948, Luiz Carlos Prestes apresentou um documento à plenária, fazendo uma reflexão para aquele momento político. O documento é o texto *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista*, escrito e publicado em janeiro de 1948, mais conhecido como *manifesto de janeiro*. Nesse documento, o então secretário geral do PCB fez uma análise da conjuntura política e da atuação do Partido no período 1945-1947. A crítica de Prestes recaiu, de um lado, ao governo Dutra, que ele caracterizou de “golpista e reacionário”, já que além de ter incentivado a cassação do registro do PCB, interveio nos sindicatos, fechando a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB), anulando o direito de greve, sobretudo com a sistemática prisão e condenação de grevistas e lideranças políticas contrárias ao governo e mandando a polícia fechar jornais, associações juvenis e populares. Por outro lado, criticava a realidade econômica e social do Brasil, caracterizando-o como um país “semifeudal e semicolonial” que vivia sobre

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

uma ditadura dos “senhores de terras, grandes industriais e banqueiros e de agentes do imperialismo estrangeiro, particularmente o norte americano”.⁴

Diante desta realidade, Prestes conclama o Partido para a necessidade de realizar uma virada na sua linha política, fazendo uma autocrítica da atuação no curto período de legalidade.

Na verdade, nesses dois anos de governo Dutra, de ataques sucessivos e cada vez mais sérios às conquistas democráticas de nosso povo, e à própria vida das classes trabalhadoras, não tem sido oferecida a necessária resistência, uma resistência eficaz ao avanço de reação que retomou a ofensiva e está ainda de posse da iniciativa. Falta organização de massa, desapareceram pouco a pouco os Comitês Democráticos e Populares fundado em 1945, não há organização sindical, falta qualquer organização ponderável de grandes massas de trabalhadores rurais, nem as mulheres nem os jovens possuem organizações específicas para a defesa dos seus interesses. Em resumo, é alarmante a fraqueza orgânica das forças populares e democráticas do país.⁵

E enfatizava que esta falta de “resistência eficaz” contra os ataques desferidos contra o povo era também resultado da incapacidade do partido em entender aquele momento e de exercer um espírito crítico mais agudo.

A falta de poder de resistência, segundo Prestes, era decorrente de “perigosas tendências oportunistas”, do “espontaneísmo”, do “reformismo” e dos “desvios de direita” que levaram o partido a “transformar a possibilidade em realidade, a subestimar as lutas das massas e a própria necessidade da atividade do partido” (grifo no original).⁶

Diante dessa análise, Prestes e o Comitê Central procuraram elaborar uma nova linha política para o PCB, formulando como objetivo estratégico e imediato a necessidade de lutar com “coragem e audácia” por uma revolução agrária e anti-imperialista. Para o dirigente, somente com um “programa positivo” visando a solução dos problemas da “revolução agrária e anti-imperialista” se conseguiria “mobilizar as massas a fim de que

⁴ PRESTES, L. C. Como enfrentar o problema da revolução agrária e antiimperialista. In: CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 72-89.

⁵ PRESTES, L. C. Como enfrentar o problema da revolução agrária e antiimperialista. In: CARONE, *op. cit.*, p. 80.

resistam à reação e lutem pela derrubada do atual governo de traição nacional, pela instauração no país de um popular, democrático e progressista, único capaz de salvar o país da miséria, do aniquilamento, da perda total de sua soberania”.⁷

Como se percebe, houve uma mudança radical na condução da linha política do Partido. Se durante a legalidade, o partido convivia com os limites democráticos constitucionais e tinha na participação eleitoral uma forma bastante profícua de divulgação do ideário comunista, ainda que dentro dos limites legais, diante da nova realidade, o partido parte para a elaboração de uma política conspirativa, que em termos de quem tinha a pretensão da tomada do poder, eram bastantes singelas.

Neste informe, o secretário do partido recorreu a Stálin para defender a tese de que seria necessária a constituição de uma Frente Nacional de Libertação Nacional. Na proposta de Prestes, caberia à Frente derrubar o governo Dutra e instituir um regime democrático no país. Neste encontro, um dos membros do Comitê Central, Mauricio Grabois, reiterou que o partido subestimava o trabalho com as massas camponesas e enfatizou que já era hora de criar as condições políticas necessárias para que novas lutas fossem desencadeadas no campo.⁸

A estratégia do PCB, para sensibilizar os camponeses e trabalhadores rurais para as hostes do partido, era, principalmente, levantar reivindicações que fossem concatenadas com as necessidades de cada segmento da população camponesa. Reivindicações elementares como melhores condições de trabalho, melhores e maiores prazos nos contratos de arrendamento, abolição dos vales de barracões e armazéns, liberdade para vender os produtos, crédito barato, garantia de preços mínimos, habitação e o pagamento do salário mínimo para os assalariados eram medidas que poderiam facilitar a organização dos camponeses conforme os interesses do partido.⁹

⁶ PRESTES, L. C. Como enfrentar o problema da revolução agrária e antiimperialista. In: CARONE, *op. cit.*, p. 81.

⁷ PRESTES, L. C. Como enfrentar o problema da revolução agrária e antiimperialista. In: CARONE, *op. cit.*, p. 86.

⁸ GRABOIS, Maurício. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo. *Problemas*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 37-44, ago./set. 1949.

⁹ PRIORI, A. O PCB e a questão Agrária. In: MAZZEO, A, C; LAGOVA, M. I (Org.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 65.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

O PCB enumera alguns fatores que julgava responsáveis pela dificuldade de se conseguir uma maior inserção no campo: a) não tinha uma estratégia unitária para o trabalho no campo, o que gerava dificuldades, debilidades e ambiguidades no interior do partido; b) havia falta de quadros preparados, originários do campo; c) preconceito quanto a subalternidade dos camponeses e trabalhadores rurais em relação ao projeto vanguardista do proletariado; d) características próprias do campesinato, como isolamento, atraso e dependência para com os proprietários de terras; e) ordem social vigente, caracterizada pela repressão e/ou conivência com os abusos perpetrados no campo; f) caráter da legislação trabalhista, que excluía os trabalhadores rurais dos seus benefícios.¹⁰ Essa constatação sugere, a partir daí (final dos anos 1940 e início dos anos 1950), um novo modo de pensar politicamente a questão agrária, tornando possível que trabalhadores rurais e camponeses entrassem no jogo político e pudessem ser reconhecidos como sujeitos e enquanto classe.¹¹

Se a luta pela posse da terra era uma das paixões políticas mais sensíveis dos comunistas, como podemos notar, para exemplificar, em dois momentos cruciais do período que estamos analisando: a revolta camponesa de Porecatu, levada a cabo no Norte do Paraná, no final dos anos 1940 e início dos anos 1950¹²; e a revolta camponesa de Trombas e Formoso, no então estado de Goiás, nas décadas de 1950 e 1960¹³, o PCB passou a direcionar o seu olhar para outros agentes sociais do campo – meeiros, camaradas, colonos e trabalhadores rurais assalariados –, abrindo novas formas de luta e novas possibilidades de organização social. Se as ligas camponesas eram consideradas as entidades mais adequadas para esse trabalho de aproximação com esses novos agentes rurais, surgiram também as cooperativas, as irmandades e as associações e, mais tarde, na década de 1950, os sindicatos de trabalhadores rurais.

¹⁰ Pontos colididos por Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007, p. 63.

¹¹ Sobre essa questão, ver: PRIORI, Angelo. *Legislação social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural*. *História*, v. 15, p. 287-302, 1996.

¹² PRIORI, Angelo. *O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo*. Maringá: Eduem, 2011.

Evidentemente, que todo este entendimento construído pela direção nacional do PCB, a partir do retorno forçado do partido à ilegalidade, não foi sem dissabores e dificuldades. A radicalidade do discurso se aprimorou e se intensificou com a publicação do manifesto de agosto de 1950. A acusação ao governo Dutra de ser o traidor da pátria, de ser “lacaio dos americanos”, de entregar a pátria às nações estrangeiras, de submeter o país ao jugo do imperialismo e de submeter os cidadãos brasileiros às condições de miséria e fome, era a chave principal deste importante documento. Não é sem sentido a frase destacada por Moisés Vinhas, então um dos dirigentes do partido: “marchamos no caminho da escravidão colonial e de perda total de nossa soberania”.¹⁴ Para fazer o contraponto a este cenário, mais uma vez, concebia-se a ideia de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, da qual deveriam participar camponeses, operários, intelectuais, mulheres etc.

Para a conquista do poder, o PCB propunha uma Frente Democrática de Libertação Nacional e um programa de 9 pontos, sintetizados na luta contra o imperialismo, pela soberania nacional e por uma solução democrática e revolucionária. Para o campo, o programa atacava o latifúndio e propunha medidas contundentes visando distribuir terras para quem nelas trabalham. Diz o documento:

confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos etc, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração da terra, abolição da meia, da terça, etc, abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários.¹⁵

¹³ CUNHA, Paulo Ribeiro. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

¹⁴ VINHAS, M. *O Partido: A luta por um partido de Massas*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 142.

¹⁵ PRESTES, L. C. *O Manifesto de Agosto de 1950*, p. 10. Disponível em: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=89:o-manifesto-de-agosto&catid=1:historia-do-pcb. Acessado em: 12 dez. 2015.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

Para os operários, o documento defendia aumento imediato de salários, igualdade de salários entre homens e mulheres, aposentadorias dignas, ajuda de custos aos desempregados e o direito de greve. Já para os sindicatos, destacava a necessidade destes se organizarem livremente em associações, sem as amarras do imposto sindical e do Ministério do Trabalho.

A “solução revolucionária” evocada pelo manifesto de agosto de 1950 não excluía formas reformistas de lutas. Além dos confiscos dos grandes latifúndios para distribuir terras para quem nelas trabalhavam e de ações que visassem o não pagamento das dívidas dos camponeses empobrecidos, o programa enfocava também a questão da extensão da legislação social aos trabalhadores agrícolas e a liberdade de organização sindical.¹⁶

Outra referência importante para a discussão aqui em tela trata-se da nucleação da organização social camponesa. Para o PCB, as regiões de grandes massas camponesas deveriam ter prioridade no trabalho do Partido. Neste sentido, o Comitê Central decidiu que o Estado de São Paulo, o Norte do Paraná e o Triângulo Mineiro deveriam receber uma atenção especial, concentrando suas atividades principalmente nessas regiões. Se a nucleação regional tinha importância, não menos importante era a definição de alguns segmentos rurais, onde o partido vislumbrava uma maior facilidade de aproximação e organização. Entre esses segmentos estavam os assalariados agrícolas e os operários das usinas de cana de açúcar, duas categorias que vão receber naquele momento uma prioridade no processo de organização associativa e sindical.¹⁷

Penso que essa prioridade tem uma explicação: o PCB tinha uma longa experiência na organização dos trabalhadores assalariados urbanos, principalmente aquele protegido e/ou controlado pela legislação social e nenhuma experiência na organização dos trabalhadores do campo, que

¹⁶ Sobre a questão da extensão da legislação social aos trabalhadores agrícolas e da formação dos sindicatos, ver: PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho*. Maringá: Eduem, 1996.

¹⁷ Para divulgar as ações do PCB no campo, o partido fundou o jornal *Terra Livre*, no ano de 1949. O jornal sobreviveu até 1964, quando foi fechado pela Ditadura Militar. Sobre o *Terra Livre*, ver o trabalho de Rafael Sandrin da Cruz. *O jornal Terra Livre e os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo (1954-1964)*. Maringá, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UEM.

grassavam naqueles anos uma heterogeneidade muito ampla das relações de trabalho, além de um isolamento camponês natural, principalmente no Nordeste. Daí, essa observação: priorizar as regiões com grande concentração de população rural e os segmentos dos assalariados rurais e das usinas.

Evidente que essa mudança radical da linha do partido não foi apenas consequência do processo de proscrição da vida legal do partido, da cassação dos mandatos dos seus parlamentares e da repressão crescente do governo Dutra. Havia uma articulação com a conjuntura internacional, principalmente com a leitura realizada a partir da União Soviética. Devemos lembrar que em setembro de 1947, foi criado o Bureau Comunista de Informação (Cominform), que de certa forma, garantia um relacionamento mais estreito entre o PCB e o PCUS. Como consequência, tanto o PCB como os partidos comunistas da América Latina vão substituir o “reformismo de frente-popular” por uma “retórica revolucionária”.¹⁸

Um outro acontecimento, que teve impacto fundamental, nesta nova postura política do PCB e que resultou no manifesto de agosto de 1950, e posteriormente, na resolução do IV Congresso do Partido, realizado em novembro de 1954, foi a experiência da revolução chinesa, liderada por Mao Tsé-Tung e que havia conquistado o poder em 1949, com decisivo apoio do campesinato. Dinarco Reis¹⁹ destacou que o caso da China empolgou os comunistas brasileiros, que passaram a reproduzir o lema maoísta de “o campo cerca a cidade”. Assim sendo, houve toda uma construção para colocar o homem do campo no cenário da política brasileira, dando-lhe melhor visibilidade social. Para isto, os comunistas defendiam que as grandes propriedades rurais deveriam ser confiscadas com todos os imóveis existentes, sem as devidas indenizações aos latifundiários. Ao serem confiscadas, as terras deveriam ser entregues aos trabalhadores rurais, visando o trabalho e o sustento de suas famílias. No que tange às condições sociais do trabalho, os documentos enfatizavam que deveriam ser abolidas

¹⁸ As expressões são de CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

¹⁹ REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

todas as formas de trabalho caracterizadas como “feudais” ou “semifeudais” no campo brasileiro²⁰, como a “meia” e a “terça”, mas principalmente os chamados “vales de barracão”. Para os comunistas, o pagamento aos trabalhadores rurais deveria ser efetuado exclusivamente em dinheiro.

Um outro ponto que suscitou debates apaixonados dentro das hostes do partido foi a questão sindical. Os três principais documentos que se seguiram ao trágico processo de ilegalidade (os manifestos de 1948 e de 1950 e a resolução do IV Congresso) intensificaram a crítica contra a postura sindical do partido no imediato pós-guerra. Palavras de ordem como “ilusões direitistas” e “colaboracionismo de classe” se tornaram constantes nos discursos da direção e nos documentos oficiais. Os sindicatos passaram, então, de órgão de lutas de classes, para “órgãos de Estado” a serviço da “burguesia e do latifúndio”. Assim sendo, deveriam ser substituídos por novas organizações revolucionárias, puras, autônomas, independentes e paralelas.²¹ Estas medidas atingiram diretamente a militância de base, que vivia o dia a dia do ambiente de trabalho e da luta sindical. A decisão da direção do partido era para que a militância mantivesse posição contrária aos sindicatos oficiais (entendido aqui como os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho). O que trazia grandes infortúnios para a militância, pois a rígida legislação trabalhista brasileira só permitia acesso às benesses trabalhistas, para aquele trabalhador que estivesse sindicalizado. No chão da fábrica, fazer discurso contra os sindicatos era o mesmo que ser contra os direitos sociais conquistados. Esta posição trazia dissabores e desilusões constantes aos militantes sindicais comunistas. “Os ativistas que faziam oposição nos sindicatos eram estigmatizados como omissos no enfrentamento contra o Estado e adesista em relação ao modelo sindical vigente”.²² Parte dos militantes mantiveram posturas contrárias à direção do partido e continuaram trabalhando em defesa dos operários nas organizações oficiais.

²⁰ Os argumentos dos traços “feudais” e “semi-feudais” do campo brasileiro, que aparecem com bastante intensidade, pelo menos até os anos 1960, nos documentos do PCB, foram esmiuçados e criticados por Caio Prado Jr no seu clássico *A revolução brasileira* (1987).

²¹ PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária... *op. cit.*, p. 72.

²² COSTA, L. F. C. *O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, p. 149.

Moisés Vinhas, anos mais tarde, em crítica contumaz, considerou que a postura “sectária, dogmática e insurrecionalista” adotada pelo partido, fez com que o mesmo se afastasse dos sindicatos, locais nos quais o partido mantinha contato com as massas trabalhadoras. De acordo com o autor, a postura sectária havia trazido resultados negativos ao partido.

As conseqüências são de praxe. A rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e, outros setores sociais se desfazem e muitos abandonam o partido. Não conseguem se ajustar a esta política. Dos 200.000 inscritos em 1947, o partido comunista se vê reduzido, no início da década de 50 a cerca de 20000, ou seja, 10 por cento de seus efetivos.²³

A divergência que a maioria da militância sindical pecebista mantinha com a linha política adotada pela direção do partido, fez esta rever os seus procedimentos. A pressão junto ao Comitê Central do PCB trouxe resultados, e em 1952, foi convocada uma conferência para discutir a linha política do PCB em relação aos sindicatos.

A resolução sindical aprovada no mês de julho de 1952 estabeleceu que os comunistas deveriam retornar aos sindicatos existentes e trabalhar em defesa dos direitos dos trabalhadores. Com base nesta resolução sindical,²⁴ os comunistas passaram a disputar cargos de direção de organizações sindicais, já que a conjuntura clamava para esta ação. “Naquele contexto da década de 1950, houve perda do poder aquisitivo dos trabalhadores e o aumento do custo de vida, pois houve aumento dos preços de alimentos da cesta básica”.²⁵ Os trabalhadores por sua vez não tinham segurança e estabilidade no emprego. Foi esta conjuntura que estimulou as grandes greves operárias dos anos 1950, como a dos 300 mil, realizada nos meses de março e abril de 1953, ou a dos 400 mil, realizada em outubro de 1957.²⁶

²³ VINHAS. Moisés. *O partidão*, op. cit., p. 130.

²⁴ Publicada na revista *Problemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, p. 10-21, out. 1952.

²⁵ COSTA, L. F. C. *O Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*, op. cit., p. 168.

²⁶ Sobre as grandes manifestações sindicais dos anos 1950 e início dos anos 1960, uma boa síntese se encontra em: SILVA, F. T.; NEGRO, A. L. *Trabalhadores, sindicatos e política 1945-1964*. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-96.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

O PCB dá, então, uma guinada de retorno ao terreno sindical, onde o partido avaliava que uma participação mais efetiva dentro dos sindicatos já constituídos ou, no caso de isso ser impossível, na organização de entidades sindicais paralelas por locais de trabalho, que lutassem por reivindicações mais imediatas dos trabalhadores, se chegaria a uma “verdadeira” frente democrática e anti-imperialista.

Tensões entre direção e militância partidária

Mas essa linha política não deixou de ser bombardeada por militantes e cientistas sociais. A crítica mais implacável dentro das hostes do partido foi aquela formulada por Moisés Vinhas, no seu clássico *O partidão*.²⁷ Vinhas enfatiza que o PCB formulou uma linha política tendo como base a atuação do repressivo governo Dutra, que cassou a legalidade do partido e o mandato dos seus parlamentares, mas não soube entender o novo momento político emanado da eleição e da posse do presidente Getúlio Vargas, em 1950. Segundo Vinhas, com Vargas o país voltava a viver algumas liberdades democráticas, que possibilitava a existência de um clima de liberalização e, portanto, permitia aos comunistas se movimentarem com certa desenvoltura na cena política, inclusive abrindo espaços para a livre circulação da imprensa partidária. No entanto, os dirigentes partidários se utilizam dessa liberdade de imprensa para escrever os seus artigos e emitir as suas opiniões mas, contraditoriamente, permanecem em uma absoluta clandestinidade, o que tinha mais a ver “com as suas concepções políticas dominantes no período do que com a realidade objetiva”.²⁸ Aliás, são o

²⁷ VINHAS, M. *O partidão*, *op. cit.*

²⁸ VINHAS, M. *O partidão*, *op. cit.*, p. 129. Gorender relata esse severo isolamento da direção do PCB e do Secretário-Geral, Luiz Carlos Prestes, no seu *Combate nas Trevas*, definindo apropriadamente como “uma síndrome do catastrofismo, passivamente aceita pelo Comitê Central”. Segundo Gorender, durante o período de 1948 a 1957, que Prestes ficou clandestino, “não só para os órgãos da repressão policial como também para o seu próprio partido”, o Secretário-Geral não compareceu a nenhuma das cercas de trinta reuniões do Comitê Central. Reunia-se exclusivamente com o secretariado nacional e em prazos mais espaçados, com a comissão executiva. In: GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987, p. 26-27.

subjetivismo e o sectarismo dessas concepções que, segundo Vinhas, vão levar o partido a uma fragorosa derrota eleitoral em 1950.²⁹

Para Vinhas, a análise simplista da prática partidária do período da legalidade, alicerçada pelas “ilusões direitistas” e pelo “colaboracionismo de classe”, como enfatizavam os manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950, corroborados no IV Congresso do Partido, realizado em 1954, fez com que o partido se lançasse ao ímpeto da “revolução”. Isso fez com que o partido passasse a considerar os sindicatos como órgãos do Estado e a serviço da “burguesia e do latifúndio”. Assim sendo, eles deveriam ser substituídos por novas organizações, “revolucionárias”, “puras”, “autônomas”, “independentes” e “paralelas”, conforme destacamos acima. Por outro lado, a incitação para tirar greve “a qualquer custo e a qualquer preço”, aproveitando-se da boa influência que os militantes do partido gozavam em empresas de maior concentração operária, nem sempre se transformava em estratégia vitoriosa.

Jacob Gorender também formulou contundentes críticas às políticas adotados pelo PCB após à ilegalidade imposta pelo governo Dutra. Para Gorender, a direção nacional do Partido reagiu ao arbítrio do Governo Dutra com um extremismo ressentido e um desequilíbrio passional da qual uma direção não pode ser acometida. Isso fez com que Prestes, em nome do Comitê Central, imprimisse um caráter catastrofista e apocalíptico aos manifestos de janeiro de 1948 e de agosto de 1950, mudando do pacifismo ingênuo defendido durante o período da legalidade, para uma pregação da violência revolucionária imediata.³⁰

Ao se referir as estratégias da luta armada, pregadas pelo Partido a partir de 1950, Gorender enfatizava que:

a proposta de luta armada caiu quase que por inteiro no vazio. No começo dos anos [19]50, não havia disposição, nem meios para repetir as quarteladas de 1935. Assim, as únicas tentativas reais de luta armada se relacionaram com os posseiros de Porecatu, no Norte do Paraná, e de Trombas

²⁹ Mesmo na ilegalidade, o PCB participa do pleito eleitoral através de outras legendas. No entanto, elege apenas um deputado federal, Roberto Morena, pela legenda do PRT do Distrito Federal e um deputado estadual em Pernambuco, Paulo Cavalcanti, pela legenda do PSD.

³⁰ GORENDER, J. *Combate nas trevas*, op. cit. p. 21.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

e Formoso, em Goiás. Em ambos os casos, os conflitos tinham caráter local, nem sequer regional. Não foi possível sustentá-los indefinidamente e acabaram solucionados no próprio âmbito local. Em Porecatu, com a derrota dos posseiros combatentes. Em Trombas e Formoso, com a vitória e a posse da terra.³¹

Nesse sentido, a questão da luta armada se perde na própria ambigüidade. O erro do Partido naquele momento, segundo Gorender, não se dava apenas na formulação da linha política mas também no entendimento da conjuntura por que passava o país. O PCB vivia o contraste de proclamar o governo Vargas como de “traição nacional” e de conclamar a sua derrocada exatamente no momento em que esse entrava em rede de coalizão com os interesses de capitais norte-americanos no país e fazia fortes críticas à atuação do embaixador dos EUA no Brasil, James Scott Kemper. “A direção nacional do PCB custou a sair da perplexidade ao constatar que se encontrava ao lado dos setores vinculados ao imperialismo norte-americano” escreveu, ao perceber que o PCB e o embaixador estadunidense tinham o mesmo objetivo: derrubar Vargas.³²

Devemos enfatizar que mesmo com essas “mutações políticas conjunturais” o PCB não parou com as suas críticas ao governo Vargas e o pedido de sua cassação.³³ Tanto que no dia 24 de agosto de 1954, data do suicídio de Vargas, um dos jornais do Partido - o *Imprensa Popular* - circulava com uma manchete solicitando a cabeça do Presidente.

Surpreendido pela notícia do suicídio de Vargas e pela explosão de ampla manifestação popular por todo o país, o PCB deu um giro de 180 graus e procurou acompanhar as massas contra a tentativa de golpe anti-constitucional que se formulava naquele momento. Me parece evidente que essa decisão de se juntar às manifestações populares partiu, espontaneamente, dos militantes comunistas - que se uniram aos militantes trabalhistas nos protestos contra o golpismo reacionário - do que propriamente da direção do Partido. Embora essa decisão não tenha

³¹ GORENDER, J. *Combate nas trevas*, op. cit., p. 22. Ao contrário do que afirma Gorender, a respeito de Porecatu, os posseiros da região consideraram o movimento, em parte, vitorioso. Ver o livro de Angelo Priori, *O levante dos posseiros*, já citado.

³² GORENDER, J. *Combate nas trevas*, op. cit., p. 22.

impedido que em Porto Alegre e em Belo Horizonte a massa trabalhista atacasse as sedes do PCB e das publicações comunistas.³⁴

Quando digo que a decisão de apoiar as manifestações populares pró-Getúlio tenha partido dos militantes comunistas, espontaneamente, se deve ao fato de que três meses depois da morte de Vargas, a direção do PCB realizou o IV Congresso e não fez nenhuma autocrítica ou modificação na sua linha política posta em prática desde 1948. A única modificação introduzida na redação final do documento do IV Congresso foi, como bem lembrou Gorender, a substituição da proposta de “derrubada do Governo Vargas” - então já sepultado - pela “derrubada do atual governo”. O atual governo podia ser o de Café Filho como de seus sucessores.

Aliás, é importante frisar que a linha política adotada pelo PCB nem sempre foi encampada pelos militantes. Pelo menos não da forma como a direção queria. Criou-se no âmbito da militância uma cultura de conformação desiludida e de resistência ao mesmo tempo. Esse perfil é mais nítido na atuação sindical, mas também pode ser percebido em outros momentos.

Como bem enfatizou Raimundo Santos:

Na década de [19]50 há um processo de avanço na elaboração pecebista bem curioso: a orientação política é produzida em meio de fortes ressaibos estalinistas (consagrado no IV congresso de 1954) e do crescente descrédito na própria linha sectária então aprovada, da qual se distancia, cada vez mais, parte importante dos próprios militantes comunistas.³⁵

Foi na atuação sindical que a relação entre direção partidária e militância despertou maiores desilusões, acumulando insatisfações de um lado e de outro. No mês de agosto de 1950, o PCB publicou uma resolução sobre o trabalho sindical, reforçando as teses dos manifestos, enfatizando que as greves e lutas salariais,

³³ A expressão é de SEGATTO, J. A. *Reforma ou revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 34.

³⁴ GORENDER, J. *Combate nas trevas*, op. cit., p. 22.

³⁵ SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956/1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p. 14.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

não são unicamente para a conquista de reivindicações econômicas, mas fundamentalmente para a educação política da classe operária e para reforçar a organização e a unidade de suas fileiras, preparando-a para cumprir a sua missão histórica, que é liquidar o regime capitalista e conquistar o socialismo.³⁶

Além disso, o Partido orientava a sua militância a abandonar os sindicatos oficiais e organizar entidades paralelas fora da estrutura submetida ao Ministério do Trabalho. Geralmente essas organizações denominavam-se Associações de Trabalhadores e eram registradas em cartório como entidades civis. No entanto, essas organizações se mostraram estéreis e o PCB acabou perdendo um importante espaço dentro do movimento sindical que até então dominava, abrindo caminho para uma atuação mais presente dos trabalhistas.

Apesar da linha política adotada, a militância acabou criando uma cultura de conformação desiludida e de resistência, ou melhor, propiciou uma constante “tensão entre a base sindical e a cúpula do partido”.³⁷ Surge então a figura da dupla militância, que era a tentativa de conciliar as suas paixões pessoais com a disciplina partidária. O caso do ativista sindical Antônio Chamorro, que no final dos anos 1940 despontava como uma importante liderança operária da cidade de São Paulo, narrado pelo historiador Hélio Costa é significativo:

Isso foi um prejuízo terrível. Eu me neguei a aceitar essa orientação e fiquei no sindicato. Eu fui expulso do sindicato, mas eu não pedi demissão do sindicato. Ajudei até a criar a Associação dos Trabalhadores Têxteis, que a gente ia no cartório registrava e ficava legal. Mas a verdade, contudo que nós fazíamos, não dava certo, quer dizer, eram diminutas essas organizações.³⁸

³⁶ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. As tarefas atuais dos comunistas para a organização, a unidade e as lutas da classe operária. *Problemas*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 1-16, out. 1950.

³⁷ A expressão é de COSTA, H. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, A. et. al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 108.

³⁸ Depoimento do líder sindical Antônio Chamorro, citado por COSTA, H. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 143.

Considerações finais

Muitas perguntas podem ser formuladas tomando como base essa resistência à orientação do Partido. Mas duas são fundamentais: o que tornavam esses militantes tão arredios à ideia do partido de abandonar os sindicatos? Por que não seguir a indicação do PCB e formar novas entidades, rompendo assim com o atrelamento ao Ministério do Trabalho? Para responder, retomo novamente o trabalho de Hélio Costa, que elaborou uma conclusão com importante significado.

Abandonar os sindicatos para esses militantes significava abrir mão de uma parte de suas vidas. Significava dar as costas a uma trajetória de lutas que buscara transformar os sindicatos naquilo que suas convicções acreditavam que deveria ser a prática de uma entidade que representasse os interesses dos trabalhadores. Significava negar as lutas ocorridas num tempo de ausência de direitos, de suspensão das leis trabalhistas, de congelamento de salários, de prisões, intervenções, mortes e desaparecimentos.³⁹

Está claro pela análise acima que, à vezes, as massas operárias simplesmente não acompanham o partido. Os militantes acabam, com isso, forçando o partido a rever a sua linha e tática políticas. Diante dessas controvérsias, no ano de 1952 o Comitê Central do PCB resolveu chamar uma conferência sindical nacional, que reformulou as linhas gerais de atuação nesse campo específico. A resolução sindical aprovada, no entanto, só apenas generalizou o que na prática já estava acontecendo. Determinou-se então que os comunistas voltassem aos sindicatos existentes, ampliassem as reivindicações trabalhistas, forjassem alianças com outras forças políticas, notadamente com os petebistas e retomassem a luta pela sindicalização e unidade sindical.⁴⁰

A partir daí os comunistas vão intensificar suas atuações na “exploração dos espaços legais existentes”, procurando organizar o movimento sindical tanto “por baixo”, como “por cima”. “Por baixo”, fazendo um esforço para organizar a formação de “comissões de fábricas”, de “comissões de salários” e jogando as decisões fundamentais para as

³⁹ COSTA, H. *Em busca da memória*, op. cit., p. 147.

⁴⁰ *Op. cit. Problemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, p. 10-21, out. 1952.

DOSSIÊ PAIXÕES POLÍTICAS

assembleias gerais ou por categorias.⁴¹ “Por cima”, procurando criar organismos que pudessem contemplar a unidade da classe trabalhadora. Primeiro com o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), surgido durante a grande greve de 1953, mais conhecida como a greve dos “300 mil”, depois com o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e, por fim, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que se transformou na mais importante organização sindical vertical, fora da estrutura oficial, até o golpe de 1964.⁴² Aliás, o PCB só pode liderar a “greve dos 300 mil” de 1953 e aquelas que a sucederam, nos anos imediatos, porque operou, previamente, “um realinhamento de sua política sindical, reaproximando-se dos trabalhistas e dos sindicatos oficiais e rompendo, neste ponto, com a estratégia maximalista e foquista que havia patrocinado experiências armadas no campo”.⁴³

Essa nova postura sindical, diga-se de passagem, foi forçada pela militância e aceita pela direção do Partido. Mas nem por isso, o PCB mudou a sua linha política “sectária” e “esquerdista”. Linha política, aliás, que foi confirmada no IV Congresso. O que de certa forma deve ter criado uma contradição interessante, ainda por explorar pela historiografia.

Se é fato que a nova postura sindical do PCB criava uma contradição importante entre militância e direção, é fato também que essa nova postura vai influenciar o trabalho do Partido, tanto no movimento sindical urbano, como no campo, no período pós-1954. No movimento sindical urbano, com a criação do PUI, depois do PUA e, finalmente, com o CGT. E no campo, exatamente no mesmo ano de realização do IV Congresso, ocorreu a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), primeira organização de caráter nacional com a finalidade de unir as mais diversas organizações locais e regionais de trabalhadores e lavradores.

Essa organização vai reforçar as atividades do PCB no campo e ampliar o leque de atuação, flexibilizando as lutas camponesas.

⁴¹ O que demonstra, de certa forma, que o “novo sindicalismo” surgido nos anos 1980 já tinha os seus traços formulados nos anos 1950 e que, portanto, não era tão “novo” assim.

⁴² VINHAS, M. *O partidão*, *op. cit.*, p. 130-131. Ver ainda: COSTA, H. *Em busca da memória*, *op. cit.* O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que substituiu o PUA, vai ter um papel preponderante no movimento operário e sindical, entre os anos 1961-1964.

⁴³ BRANDÃO, G. M. B. *A esquerda positiva: as duas almas do partido comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 147.

Evidentemente que a partir de 1954 a tese da luta armada ainda não será deixada de lado - Formoso e Trombas são os exemplos mais concreto sobre isso - mas a ênfase será dada para outras possibilidades.

É difícil dizer que houve uma vitória da militância frente a direção partidária (seria até ingênuo dizer isso de uma organização com estrutura altamente centralizada), mas é certo que os embates entre a militância e a direção, levaram a segunda a flexibilizar suas decisões. Nesse sentido, a direção do PCB passou a orientar os seus militantes para questões fundamentais, tais como: atuar no campo de maneira concreta e de acordo com a situação do local; concentrar o trabalho entre os assalariados agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses sem terra; utilizar as mais variadas formas de lutas, como abaixo-assinados, os pequenos protestos, as greves parciais e totais, até a luta armada; e construir o partido no campo, recrutando milhares de assalariados agrícolas e camponeses nos mais diversos povoados, vilas, bairros rurais, águas e fazendas.⁴⁴

A partir de então, essa postura vai abrir o caminho para o grande impacto da sindicalização dos trabalhadores rurais e da luta pela extensão da legislação trabalhista para o campo,⁴⁵ bem como as grandes greves operárias e manifestações populares urbanas por reformas de base e ampliação da cidadania. Movimentos interrompidos pela cruel ditadura militar instaurada em 1964.

Recebido em 13.12.2015
Aprovado em 12.01.2016

⁴⁴ SANTOS, O. O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses. In: SANTOS, R. *Questão agrária e política: autores pecebistas*, op. cit., p. 51-53.

⁴⁵ Sobre isso, ver o livro: *O protesto do Trabalho*, já citado. Nele, o autor analisa o momento posterior à formação da ULTAB, enfatizando o trabalho sindical do PCB no campo, tendo como referência geográfica o Estado do Paraná. Ver também o livro de Luiz Flávio Carvalho Costa, sobre o sindicalismo rural, já citado.